



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019

Ata n.º 25

Aos vinte e um dias do mês de Março do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de treze de Março e aditamento de quinze de Março, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação das atas de 18-12-2018, 28-12-2018, 29-01-2019 e 14-02-2019;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento das declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de Dezembro de 2018;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por consulta prévia para aquisição de serviços para elaboração de medidas de autoproteção para instalações municipais, com o preço base de 34.300,00€ + IVA;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Concurso Público, com publicação no JOUE, para aquisição de serviços de limpeza das escolas do município de Albufeira, com o preço base de 580.000,00€ + IVA; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de designação da composição dos júris de recrutamento para os cargos de direção intermédia de 1º, 2º e 3º graus, previstos e vagos na estrutura orgânica do município de Albufeira; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não aceitação da transferência de competência para o ano de 2019 na área de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos e na área de cultura; -----

PONTO SETE: Tomada de conhecimento que as matérias relacionadas com a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais nas áreas da Educação e Saúde serão submetidas à apreciação dos órgãos executivo e deliberativo em fase posterior; -----



PONTO OITO: Apreciação e deliberação da Moção "Pelo combate à violência de género", apresentada pelo BE; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Aditamentos aos Acordos de Execução de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de material desportivo para os ATLS, Jardins de Infância, Escolas Básicas do 1.º Ciclo, Parque Lúdico e Campos de Férias, pelo valor base de 84.000,00€ + IVA; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para a execução da empreitada de reabilitação para adaptação do antigo Tribunal a Centro de Artes e Ofícios de Albufeira, pelo valor base de 552.900,00€ + IVA. -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, da Guia - Dinis Nascimento, de Ferreiras - Jorge do Carmo e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

Faltas: João Alexandre Sequeira Jorge da Silva, José Manuel da Bota Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Gago, Rui Bernardo e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Victor de Oliveira



Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que as intervenções e toda a sessão será gravada: -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Ana Vidigal: "Boa tarde a todos, só para dar conta que tive a oportunidade de fazer os percursos do nosso Giro. Não sei se já fizeram as linhas todas do Giro, mas queria deixar a seguinte informação, os motoristas que conduzem esses autocarros são extremamente simpáticos, delicados com as pessoas e extremamente profissionais. Gostaria apenas de fazer um alerta, de que as paragens, algumas delas não têm informação suficiente, pelo que fica esse alerta, para que se possa ser feita uma verificação dos pontos de paragem e da informação que em alguns deles falta. Gostaria, também, de referir que há alguns dias atrás tive oportunidade de estar presente, numa sessão promovida pelos deputados da Assembleia da República do grupo parlamentar do PS, nessa altura foi aqui referido que o Conselho Municipal de Segurança ainda não tinha reunido, durante este mandato. A minha pergunta é no sentido, de quando vai reunir? Já agora, quando reunirão também os outros Conselhos Municipais existentes no concelho? Outra pergunta relacionada com a questão anterior, qual é o alargamento que está previsto, que vai ter de ocorrer, ao nível do Giro? O senhor Presidente na última vez referiu que um Plano de Mobilidade estava em curso, qual é a previsão? Qual é o alargamento possível, nesta altura? O que está previsto? Gostava de saber."-----

Tadzio Mealha: "Boa noite, venho apresentar uma situação de um acesso de serventia privado que é usado como caminho público. O caminho público encontra-se abandonado há anos e o acesso de serventia privado é usado como caminho público. Vinha cá no intuito de fazer alguma pressão, para ver se a questão se soluciona rapidamente. Porque está a causar-me diversos transtornos, tenho pessoas a passar dentro da minha casa, marcos arrancados, trinta por uma linha. Não vejo solução à vista, já reclamo desde dois mil e dezassete e estou a entrar numa situação muito ingrata de desespero. Só me resta recorrer a um tribunal. O caminho é junto do Poço das Canas, tenho aqui uma imagem, que passo a mostrar. Isto são as minhas árvores na estrada da propriedade, de um lado e as do vizinho do outro lado e o caminho passa no meio das árvores. As árvores marcam a extrema da propriedade. Tirando proveito desta



situação, em que o caminho está ao lado de um acesso de serventia, inviabilizaram a passagem do caminho público e a serventia tem sido feita pela minha propriedade. Conheço isto desde criança, desde os meus seis anos e na altura, passava-se pelo caminho público. Desde que instauraram a vinha passou a circular só no acesso de serventia privado. As árvores marcam, tanto numa propriedade como na outra, o alinhamento do caminho público, que está na cartografia. Vê-se na cartografia do Geoportal o acesso de serventia privado, que está a ser usado como caminho público. O caminho público está simplesmente anulado, existe no cadastro, mas não está a ser usado, está inviabilizado. Isto é uma questão muito grave, um acesso de serventia privado nunca passa a caminho público, nem pode ser usado como um caminho público. O caminho público está lá, como podem ver, completamente obstruído e não se pode passar. Acho que isto é um escândalo, só me resta recorrer à justiça. Era isto que vinha apresentar, para ver se faço alguma pressão, para ver se as coisas encontram um rumo. Já reclamo desde dois mil e dezassete, o que me têm dito é que não existe um topógrafo, que está doente e a coisa vem-se arrastando e nunca se encontra uma solução. Acontece, que existe uma vala que limita a minha propriedade, com alfarrobeiras e a seguir à vala existia um caminho público, que agora não existe. Isto tudo causa muita pressão em casa, porque tenho pessoas estranhas a entrar-me em casa às cinco da manhã. Convinha encontrar uma solução eficaz e definitiva, que é encontrar o caminho público.”-----

Miguel Silva: “Boa noite, o que me trás novamente é a situação do P5, gostaria de saber, da parte de senhor Presidente, se, visto que estamos a aproximarmo-nos de uma nova época, se a Câmara já fez algumas diligências perante a empresa, para que não se volte a repetir o que se tem repetido, o ano passado e ainda este ano voltou-se a repetir novamente. Se o jurídico já teve oportunidade de analisar todo o caderno de encargos, a fim de ser retirado, por incumprimento, a exploração à empresa que lá se encontra? Outra questão, visto que nos estamos a aproximar de uma nova época e as estradas da baixa de Albufeira encontram-se sem sinalética, ao nível dos traços, as linhas estão completamente apagadas, há sítios que não têm nada. A limitação, do pouco estacionamento existente, ou a zona de estacionamento proibido, as linhas amarelas, brancas, não existem. Se houver possibilidade, antes desta época se iniciar, se poderia ser, pelo menos, visto que as adjudicações têm sido feitas em metros lineares a uma empresa, se fosse possível antes desta época, que essas linhas fossem



pintadas. Pelo menos era uma parte de reorganizar o trânsito, a circulação e também dar uma intervenção pública naquele espaço.”-----

Presidente da Câmara: “Em relação à questão da Dr^a Ana Vidigal sobre os percursos do Giro, quero informar que a vontade é que vá até à Guia, Vale Parra e na nascente até Olhos de Água, Açoteias. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, já dei instruções para se marcar uma reunião, em relação aos outros conselhos irão ser um ativado e o outro reativado, talvez, no início do período letivo que se aproxima. Relativamente à questão do caminho, ia pedir que desse o seu número de telefone ao Diretor do Departamento, o engenheiro Paulo Batalha, que vai registar a situação, para um dia destes ir lá ver o caminho e a situação. Relativamente ao Miguel Clemente, sobre a situação do P5, a empresa continua a ser multada, não resolve o problema. A missão da Câmara não é cobrar multas, é resolver outras coisas. Tem sido feito e vou começar a fazer de quinze em quinze dias uma inspeção, mandar lá alguém verificar o cumprimento, ou incumprimento, da questão do preçário que foi aprovado na Câmara. Eles têm de cumprir. Relativamente à questão da reversão, sendo negociada é possível, já abordei um administrador, da ABB, cujo grupo pertence a esta empresa, que é a Circulo Digital, que gere os parques de estacionamento. Uma vez que a exploração daquele parque, como o parque à superfície, como o P6 foi concessionado àquela empresa, em consequência da finalização do P6, como sabem. Evidentemente que há ali, caso entendam que é possível, a primeira vez que falei nisso foi há uns seis ou sete meses, encolheu os ombros, não disse mais nada, mas tendo em conta o que o consultor jurídico possa vir a dizer sobre isto, dentro da possibilidade e racionalidade, era a única solução passar por aí. De qualquer das maneiras, as multas, metemos uma ação em tribunal, o tribunal nunca mais decide, mas como disse não é com multas que se resolve o problema. Em relação à baixa está registado, o engenheiro Batalha, com certeza, já registou para que se possa fazer isso antes da época. Minimizar o que lá está, aquilo tudo vai ter de sofrer uma reformulação global, não este ano, mas tem de ser faseada no tempo. Tanto o Largo Duarte Pacheco, a Praça dos Pescadores e a Vinte e Cinco de Abril, porque não tem condições, tem as pedras todas partidas, vai ser tudo remodelado, vamos aceitar que haja propostas nesse sentido.”-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Francisco Oliveira: "Boa noite, a nossa questão tem a ver com as propostas para o Plano de Mobilidade. Na altura, tivemos na reunião que o senhor Presidente promoveu, foi dado um prazo para que essas propostas avançassem e entendemos fazer e fazer agora, entregando, depois o documento junto da mesa, para que seja remetido ao executivo. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) Irei falar de alguns pontos, que entendemos como importantes para o Plano de Mobilidade e a ser incluídos nesse Plano. Os pontos fortes do próprio Plano, tem a ver com um estudo técnico exaustivo, de facto, o Plano em si é bastante exaustivo e bastante profundo, nos movimentos pendulares e rede viária. As ciclovias também estão contempladas, portanto parece-nos ser pontos positivos. As abordagens inovadoras e tecnológicas da mobilidade extremamente importantes. Porém, na verdade, existem alguns pontos fracos, que foram aqui focados e que nós trazemos para discussão e para integração, se assim entenderem, no Plano, porque achamos que são fundamentais, e uma vez que é um Plano para vários anos. Embora não seja, como o senhor Presidente falou naquela apresentação, não sejam vinculativos, mas a verdade é que estando incluídos será uma forma de poderem ser prosseguidos. Temos a questão da intermodalidade, quando se está a falar da eletrificação dos caminhos-de-ferro e com a ligação ao aeroporto de Faro, sendo Albufeira detentora de cerca de quarenta por cento das camas do Algarve, seria extremamente importante termos aqui uma maior intermodalidade para que haja, não só a ligação ao aeroporto via-férrea e haja uma possibilidade, depois de através da estação das Ferreiras, as pessoas poderem chegar cá por transporte e não necessariamente só por via automóvel. Temos também a questão da valorização territorial, que tem a ver com a necessidade da diminuição do risco de sinistralidade. Acontece que, a Avenida dos Descobrimentos, notou-se entre a Escola Secundária e a rotunda do relógio é talvez dos troços que tem maior número de atropelamentos. Portanto, a proposta que aqui também deixamos era o desnivelamento, ou seja, um túnel, para que se pudesse circular e os peões pudessem circular por cima, sem ter este índice tão elevado de sinistros. Temos outra questão, que tem a ver com as praias, eu diria citadinas, praias que estão na cidade e que no verão têm enorme dificuldade de estacionamento. Nesse sentido, a criação de corredores pedonais e cicláveis, de forma a não trazer os automóveis para essas zonas e permitir assim, uma melhor circulação. Quanto ao estacionamento, verificamos que o Plano prevê só a criação de



mais oitenta e um lugares, o que nos parece que é pouco significativo para as necessidades da cidade. Depois, tem a ver com a fixação para residentes, desse mesmo estacionamento e das próprias tarifas, que o Miguel falou há pouco. Que efetivamente, o Plano prevê para zonas como Olhos de Água e outras zonas, ter em conta a sazonalidade, mas para o centro de Albufeira é para todo o ano. Portanto, haveria que tomar em consideração essas situações. Quanto ao acesso ao centro da cidade, é algo extremamente importante, porque não se pode continuar a diminuir a população residente e a população residente começa a afastar-se do centro da cidade, porque não tem forma de estacionar o veículo, ou de ter acesso, especialmente no verão com essas enormes dificuldades. Portanto, é outra das questões que aqui abordamos. Quanto às mercadorias, prevê-se um centro de micrológica, mas a verdade é que esta medida está para ser implementada desde do Pólis, e esta medida foi contemplada no Plano Pólis, mas face às experiências passadas, a mesma deve ser redesenhada, de forma a ter em conta essas mesmas experiências e não haver esse tipo de problemas. Portanto, deixaremos estas notas e estas propostas, para que sejam analisadas e integradas neste Plano de Mobilidade. A outra questão era para relembrar, o senhor presidente e a mesa, que mais uma vez tivemos alguns pontos da ordem de trabalhos que foram avançados fora do prazo e portanto era só para manifestar que não venha a acontecer, porque infelizmente tem acontecido sempre. Sei o que o senhor presidente vai dizer, mas é só por uma questão de relembrar, de fazer lembrar esta situação."-----

Presidente da Assembleia: "Antes de mais podemos já concretizar quais foram os pontos que foram, que é muito mais fácil. Porque nem todas as pessoas sabem e assim ficamos todos a saber e fica mais completa a informação."-----

Francisco Oliveira: "Dez e onze."-----

Presidente da Assembleia: "Dez e onze não foram fora de prazo, porque temos cinco dias para fazer aditamentos, está no regimento. Fomos nós que o aprovamos."-----

Francisco Oliveira: "É uma discussão que teríamos. Mas o senhor Presidente tem a história dos três dias poder sempre a mesa avançar com os três dias."-----

Presidente da Assembleia: "Foram com cinco dias, não foram três e está no regimento, assim como os membros da assembleia podem propor aditamentos à ordem de trabalhos e são nesses cinco dias, está lá. A mesa tem tido o cuidado para evitar as



críticas sobre a questão dos pontos. E para deixar de ser ponto recorrente e ponto de discussão nesta Assembleia, temos feito isto e temos cumprido o regimento."-----

Vera Belchior: "Boa noite, em relação à proposta que foi aprovada, em Setembro de dois mil e dezoito, sobre a transmissão em direto das Assembleias, gostava de saber em que ponto é que está a aquisição do material e quando é que vai ser, de facto, implementado esse sistema."-----

Fernando Cabrita: "Já que estávamos em maré de lembranças e em questões de prazos, eu queria lembrar, o pedido que foi feito, aliás, houve uma recomendação que foi aprovada por unanimidade, salvo erro, relativamente a dar o nome de uma rua ao Manuel Reis, falecido em Julho, salvo erro do ano passado e que a Assembleia recomendou e o senhor Presidente na altura disse que isso ia para a comissão de toponímia, que o Fernando Gregório ia tratar disso, mas ele diz que não recebeu nada. Portanto, gostaria de saber se, efetivamente, envolvemos o nome de toda a Assembleia, quando decidimos, salvo erro por unanimidade que fosse efetivamente cumprido o que seria uma homenagem que Albufeira, o concelho e a freguesia da Guia, faria a um cidadão que nasceu na Guia e que foi bem-sucedido, como antiquário e também como industrial, dono de um estabelecimento noturno de Lisboa e que fosse uma forma de homenagearmos singelamente. Na altura não dispunha do nome de uma única pessoa familiar, que é o irmão, que vive ainda em Albufeira, facilitei o número de telefone, penso que finalmente foi cumprida e foi enviada essa deliberação da Assembleia e gostaríamos de dar um ar de que as coisas quando se deliberam aqui, efetivamente são para aplicar. Era isso que queria pedir ao senhor Presidente, se poderia saber como a situação estaria."-----

Francisco Guerreiro: "Boa noite, gostava de fazer uma pergunta ao senhor Presidente, sobre aquela rua que ainda se encontra fechada, junto à GNR, que já é uma vergonha. Há uns quatro anos que está fechado, muitas pessoas que estão em Lisboa telefonam-me, porque têm lá casas e eu não sei o que responder. Já tenho dito isto várias vezes, se aquilo fosse de um pobre, aquilo estava resolvido, mas como é de um rico não há hipótese de resolver. Mas, na minha modesta opinião, a Câmara tem a obrigação de resolver o problema, uma rua fechada que dá acesso a uma série de habitações, senhor Presidente, veja lá isso com atenção e avalie isso da melhor maneira, que as pessoas vão agradecer."-----



Presidente da Câmara: "Começando por responder ao senhor Francisco Guerreiro, quero informar que já estou a tratar da negociação da aquisição daquelas casas para tomar sentido. Está o assunto praticamente encerrado, só não está ainda porque não há cabimento neste momento, o saldo da gerência anterior não está feito, terá de ser ainda cabimentado. A situação está negociada, foi avaliada pela avaliadora, foi encontrado o valor, de acordo com a avaliação com a proprietária, portanto o assunto está a ser tratado. A partir desse momento, aí sim, poderá com certeza, aqui ou noutro lado responsabilizar a Câmara. Relativamente à questão do senhor Manuel Reis, não sei se o vereador Rogério pode informar sobre este assunto, como tem a toponímia."-----

Vereador Rogério: "Boa noite, em relação ao topónimo do senhor Manuel Reis, só houve uma reunião de toponímia desde a ata que foi aprovada aqui na Assembleia, não foi agendado esse ponto, não houve oportunidade. Já foi informalmente falado com a Dra. Idalina, que é a pessoa que, normalmente, faz toda a bibliografia dos antropónimos e será agendado numa próxima reunião da comissão, que poderá ocorrer no mês de Junho ou Julho."-----

Presidente da Assembleia: "Relativamente a esta questão, efetivamente temos aqui dois membros da Assembleia, que fazem parte da comissão, Fernando Gregório e Vitor Vieira. Se algum dos dois quiser tomar a palavra sobre esta questão. A questão da transmissão em direto das sessões da Assembleia Municipal, efetivamente fizemos aquele teste aqui, tenho estado em contacto com a Dra. Telma e com o vereador Rogério Neto, no sentido de esclarecermos as questões relacionadas com as dificuldades técnicas ou aquisição. A Dra. Telma passou-me a informação que não será adquirido aquele material que esteve aqui em teste, porque era demasiado oneroso e estão a tentar uma alternativa, feita pelos serviços. Estamos à espera que seja disponibilizada essa informação. Relativamente ao site da Assembleia Municipal, para que possamos facilmente dispor informação, sei que a matriz está quase toda concluída e estamos a aguardar que nos seja remetido, para depois remetermos à Assembleia Municipal, para quem quiser prestar esclarecimentos. Quanto à questão técnica, ainda na próxima semana vou voltar a contactar a Dra. Telma, no sentido de mais esclarecimentos sobre o estado dessa transmissão, para ver se durante o mês de Abril conseguimos meter em curso as transmissões da Assembleia Municipal. Já agora informo que vamos ter uma Assembleia Municipal dia onze de Abril, assim ficamos com tempo."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 18-12-2018, 28-12-2018, 29-01-2019 e 14-02-2019; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Chamo a atenção para uma retificação da ata do dia dezoito, em que a votação que aí consta está errada, porque temos dois votos contra, do Bloco de Esquerda e da CDU, contra a suspensão da Assembleia para a devida remarcação da mesma. Depois o membro Pedro Coelho também fez umas correções, sobre as suas intervenções e já estão indicadas e serão consideradas nas devidas atas."-----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 18-12-2018:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimento, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.-----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros Fernando Gregório, Helena Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, pelo que não votaram. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 28-12-2018:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emília Sousa, Renato Pimento, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros Ana Ramos, Miguel Pinheiro, Helena Simões, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, pelo que não votaram. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 29-01-2019:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emília Sousa, Renato Pimento, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros Miguel Pinheiro, Vera Belchior e Rui Gago, pelo que não votaram. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 14-02-2019:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimento, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros Helena Simões, pelo que não votou. -----



PONTO DOIS

Tomada de conhecimento das declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de Dezembro de 2018;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por consulta prévia para aquisição de serviços para elaboração de medidas de autoproteção para instalações municipais, com o preço base de 34.300,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Concurso Público, com publicação no JOUE, para aquisição de serviços de limpeza das escolas do município de Albufeira, com o preço base de 580.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta.-----

Abstencções: uma (01) Vera Belchior.-----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Renato Pimenta apresenta e leu declaração de voto. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de designação da composição dos júris de recrutamento para os cargos de direcção intermédia de 1º, 2º e 3º graus, previstos e vagos na estrutura orgânica do município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Analisando a tabela, relativamente aos júris, verificamos, com algum pesar, por assim dizer, que deste número de concursos que estão abertos, verifica-se que os júris são, essencialmente, os mesmos, são quatro ou cinco. Verificamos, com alguma preocupação que, não tínhamos na Câmara Municipal, outros elementos que possam eventualmente fazer parte do júri ou mesmo até como é habitual noutras autarquias, contactar técnicos de outras entidades, ou de outras autarquias independentes para fazer parte deste júri. Portanto, não querendo levantar dificuldades, relativamente ao processo, que está em curso, o grupo parlamentar do Partido Socialista irá abster-se nesta votação, manifestando a sua apreensão quanto à escolha do júri e, dando desde já indicação que iremos verificar quais os critérios para a escolha dos vários dirigente e que iremos estar atentos à forma como estes concursos irão decorrer."-----



Adriano Ferrão: "Boa noite, numa leitura feita á priori, surge realmente estes três nomes, que vão aparecendo na tabela que foi mencionada, de qualquer maneira, essa repetição justifica-se por motivos de efetividade das pessoas em questão. Penso que há aqui quem possa explicar melhor, mas deve-se, sobretudo, a isso. E só essas pessoas é que têm o poder e podem desempenhar essa função, neste momento."-----

Francisco Oliveira: "A questão que se coloca é essa, é que na eventualidade de só termos três ou quatro pessoas que possam desempenhar, o que achamos estranho, porque essas pessoas irão abarcar todas as áreas da Câmara Municipal, acredito que não sejam especialistas em todas, há sempre a possibilidade e a lei prevê a possibilidade de se recorrer a entidades externas, nomeadamente outras autarquias ou outras entidades públicas, que possam fornecer elementos com a capacidade técnica para desenvolver esse tipo de trabalho. Era nesse sentido que estaria a colocar, até para dar uma maior ideia de alguma independência e transparência relativamente ao processo."-----

Adriano Ferrão: "Trata-se de uma situação temporária, porque irá existir mais adiante a efetividade de outros membros e que possibilitarão uma escolha mais alargada dos jurados. De qualquer modo, também discordo de que seja uma totalidade tão abrangente de assuntos que no fim de contas, me parece que as temáticas aqui presentes se enquadram em dois grandes grupos."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão dos concursos, é óbvio que cada membro do júri tem de ser de categoria igual ou superior àquele lugar que está em concurso. Evidentemente que é possível contactar com membros das mesmas categorias de outras entidades, nomeadamente outras Câmaras Municipais, já tem acontecido. É uma questão de opção. Relativamente aos que estão escolhidos para ser júris destas vagas que estão a concurso nesta tabela, são de áreas semelhantes para o que está vago a concurso. Não há aqui discrepância, temos cinco diretores de departamento, três dos quais estão em regime, digamos, definitivo, e dois estão em regime de substituição. Daí que esses dois não podem ser membros de júri, e não estão cá, estão só os diretores de departamento que já estão em regime definitivo. Por isso está concentrado nesses três, se os outros dois já fossem definitivos, evidentemente que estaria mais diluído. Não vejo que haja discrepância entre a função do departamento que esse diretor de departamento desempenha e a área que os concorrentes vão concorrer. É uma opinião, aceito perfeitamente."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: treze (13) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Gago, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não aceitação da transferência de competência para o ano de 2019 na área de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos e na área de cultura; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Vera Belchior: "Em relação a este ponto e após ler o decreto - lei que refere quais seriam as transferências na área da saúde animal, é um facto que o município não tem condições, ainda, nesta área para aceitar esta competência, gostava de saber o que é que está a ser feito. Porque, existe um limite, salvo erro dois mil e vinte e um, se não estou em erro, o centro de bem-estar animal está em fase de conversão para um centro de recolha oficial, entre outras medidas que têm de ser tomadas, gostava de saber o que estão a fazer para que em dois mil e vinte e um tenham condições para as aceitar."-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a estes dois pontos, ia propor o seguinte, como estamos a falar de dois assuntos diferentes e distintos, nós temos posições distintas relativamente à saúde animal e segurança alimentar e à cultura. São questões diferentes, propunha que se votasse em separado, cada um destes pontos, que são matérias completamente diferentes."-----



Presidente da Assembleia: "Também sou dessa opinião, efetivamente, apesar de ter vindo tudo no mesmo ponto. Portanto ponho à consideração da Assembleia, a oposição à votação em separado, se bem que acho que é o mais correto."-----

Não houve oposição, por parte dos membros, em relação à votação do ponto em separado.-----

Francisco Oliveira: "Relativamente aos dois pontos, entendemos, no que diz respeito à segurança alimentar e saúde animal, que de facto, o município, neste momento, não tem com certeza técnicos para abarcar, embora sejamos da opinião que deva ser, desde já assumida e não rejeitada. Neste momento há solução, portanto vamos nos abster, relativamente a este ponto. No que diz respeito à cultura, entendemos que não há razão para que a mesma não seja, desde já, assumida e como tal iremos votar contra a não assunção da responsabilidade por parte da Câmara Municipal."-----

Adriano Ferrão: "Nós, bem por contrário, achamos que, a proposta mostra, claramente uma preocupação atempada do executivo, perante estas matérias, sendo que não estão preparadas as condições, seria até, imprudente, enveredar já por coloca-las em andamento. Claro, concordo perfeitamente, que se deva preparar dentro dos prazos previstos, essa mesma preparação, esse mesmo conjunto de medidas a tomar, que coloquem a possibilidade de a Câmara tutelar estas atividades e iniciativas."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões da saúde animal e segurança alimentar, seria nossa intenção, caso haja essa possibilidade, de assumirmos as competências, tanto num como noutro, no ano de dois mil e vinte, caso haja essa possibilidade. Evidentemente que nem tudo é possível, de acordo com aquilo que muitas vezes pensamos. Dois mil e vinte é uma opção, dois mil e dezanove será uma opção, obviamente, e dois mil e vinte e um é uma certeza. Evidentemente que nessa altura terão de estar as responsabilidades todas assumidas. Há essa questão, das formações, nesse trabalho preparatório, para que possam assumir e para que se deva assumir essas competências. Relativamente à cultura, a situação é um pouco diferente, não está em causa comissão nenhuma, não está em causa literalmente nada. Está em causa apenas a questão do Castelo de Paderne. A questão do Castelo de Paderne, há poucos dias tive uma reunião com a nova Diretora Regional de Cultura e falando com ela cheguei à conclusão que a senhora tem os mesmos princípios que eu sempre defendi para aquele Castelo. O Castelo tem de ser pensado num todo e não andarmos a gastar imenso dinheiro, como tem sido gasto ao longo dos anos para fazer algumas pequenas



conservações que praticamente não são visíveis, mas o dinheiro é gasto. É feito num determinado ano e passados dez anos é feita outra. Estabelecemos um acordo verbal, para que no próximo ano possamos indagar junto de alguns proprietários dos terrenos envolventes, para a Câmara poder adquirir esses terrenos e criar ali um espaço de uso em prol do próprio Castelo. Um centro de interpretação, várias coisas que falamos nesse sentido e preparar uma candidatura conjunta da cultura e a Câmara para podermos fazer aquilo que será alguma recuperação mais substancial, mais visível. Nesse sentido, não vejo vantagem nenhuma em ficarmos ou deixarmos de ficar com a competência do castelo para este ano de dois mil e dezanove. Até porque, a senhora até me deixou um protocolo, que já está negociado há algum tempo, há dois ou três anos, para assinar no sentido de haver uma candidatura de quatrocentos e tal mil euros, em que a contra partida nacional seria assumida pela Câmara Municipal de cento e tal mil. Mas é conjunta com a Direção Regional. Caso isto aconteça, a transferência de competências, deduzo que a partir desse momento a Câmara é que tem de esgrimir sozinha as armas. Penso que estamos em condições de fazer alguma parceria com a Direção Regional de Cultura, porque vi grande abertura nesta pessoa e penso que ganharão todos. Ela estava acompanhada de uma técnica, que já esteve no Castelo de Paderne, há uns tempos quando o Ministro da Cultura esteve lá a fazer a apresentação do Castelo, é uma senhora bastante conceituada no âmbito da história e da arqueologia e que nesse sentido seria de começar a trabalhar e é isso que estamos a fazer. Inclusivamente, já mandei indagar de quem são os terrenos envolventes para poder tratar desse assunto, para fazer a tal candidatura em parceria com a cultura. Nesse sentido, há esse trabalho já desenvolvido, se agora aceitarmos as transferências, tenho algum receio que isto tudo caia pela base e depois a Câmara é que tem de assumir. E a Câmara não tem dinheiro sozinha, é preciso termos em conta que o Algarve está numa fase completamente diferente daquilo que é o todo nacional, está numa "phasing out" não sei se não será prematuro estarmos a receber as transferências este ano. E não prepararmos isto, da forma como estou a dizer, na perspetiva que irá dar frutos. Se a perspetiva fosse pessimista não estaria a dizer isto e era recebido este ano. Surgindo esta hipótese penso que não é de escorar."-----

Francisco Oliveira: "Penso, como falou, seria uma oportunidade até para, juntamente com a Direção Regional desenvolver o trabalho. A ideia com que fico dos decretos-lei e destas leis habilitantes é que, para além das competências vem também o envelope



financeiro. Se este acordo está já determinado com o valor que o senhor Presidente acabou de referir, não tenho dúvidas que esse montante, estando determinado, venha também com a respetiva competência. Efetivamente será gasto antes ou depois, está determinado para o efeito. Portanto, segundo diz o senhor Presidente, essa candidatura ou proposta está efetivamente a vigorar nesse sentido. Nessa perspetiva vejo só a possibilidade do atraso, mas tendo em consideração as explicações que o senhor Presidente deu, posso propor à bancada, se eventualmente entende dar o benefício da dúvida e por isso não votar contra, mas votar de forma a abster-se e aguardarmos, efetivamente, a decisão relativamente a essa questão."-----

Presidente da Câmara: "O protocolo que falei dos quatrocentos e tal mil e a outra candidatura, não tem nada a ver uma coisa com a outra."-----

Francisco Oliveira: "O senhor Presidente quando referiu que havia já uma verba, da qual a Câmara Municipal participaria uma parte e a outra parte seria por parte do Estado. Portanto essas verbas estão já determinadas. Não sei se estão na Direção Regional ou não, mas na eventualidade de não assumir este ano, quer dizer que, se o protocolo fosse feito este ano, esses quatrocentos mil euros que o Estado deveria patrocinar, seriam patrocinados e a Câmara Municipal patrocinaria os cento e tal mil. Estas questões dos envelopes financeiros, às vezes são complicadas e entre chegar e não chegar, por isso mesmo, penso que falando com a bancada iremos abstermo-nos e dar o benefício da dúvida."-----

Segunda-Secretária: "Na sequência do que abordou acerca do Castelo de Paderne, há uma questão que gostaria de lhe abordar, relativamente às acessibilidades. Porque, fala-se numa intervenção do Castelo de Paderne, mas temos um problema, que acho que devemos ir por aí, que é relativamente às acessibilidades ao mesmo. Porque ter um castelo, digamos, reabilitado, a zona envolvente para visita de todos aqueles que queiram ver o castelo e não ter os acessos em condições, realmente não faz muito sentido. Nesse sentido, gostaria de colocar a questão, de como está a questão das acessibilidades ao mesmo, para essas visitas serem efetuadas."-----

Presidente da Câmara: "Coloquei essa questão ao senhor Ministro, quando estive a visitar o Castelo, mostrando-lhe que o carro dele estava todo cheio de terra e que aquilo não era nada apelativo. Inclusivamente, esta conversa com o Ministro foi na presença do Presidente da CCDR, que se disponibilizou para começarmos a tentar resolver este assunto. Evidentemente que o arranjo deste caminho tem de ser dos



materiais adequados àquela zona, com certeza que não irá ser em pavimento betuminoso, mas empedrado, com alguma dignidade e nobreza e com segurança. Aquilo já lá está há muitos anos, ninguém mexeu uma palha naquele sentido, não é nada cativador para as pessoas irem lá visitar. Talvez a pé seja mais típico, mais castiço, como se costuma dizer. Com certeza, que nunca passaria pela cabeça que a questão dos acessos não fossem completamente revistos.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA NÃO ACEITAÇÃO DA TRANFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA O ANO DE 2019 NA ÁREA DE PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: doze (12) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: treze (13): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Gago, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO DA NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA O ANO DE 2019 NA ÁREA DE CULTURA:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: doze (12) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: treze (13): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Gago, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SETE

Tomada de conhecimento que as matérias relacionadas com a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais nas áreas



da Educação e Saúde serão submetidas à apreciação dos órgãos executivo e deliberativo em fase posterior; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação da Moção "Pelo combate à violência de género", apresentada pelo BE; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente à moção do Bloco de Esquerda, temos alguns reparos a fazer, até porque a própria moção em si acaba por ser contraditória. Passo a explicar, no que diz respeito às propostas que vêm indicadas na referida moção, fala-se, por exemplo, no número três, alínea b), em que o Bloco de Esquerda propõe a adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do Grévio no último relatório. Depois, na alínea g) do ponto seis, diz que há um projeto de lei que procede à alteração dos crimes de violação e coação sexual, em respeito com a Convenção de Istambul. Ou seja, estes projetos de lei que estão a ser discutidos na Assembleia da República e que muitos deles têm em consideração a questão da violência doméstica, da igualdade de género, todas estas questões, foco nove propostas de projetos de lei que estão a ser discutidos e que me parece, estarmos nós a aprovar uma moção que vai ao encontro daquilo que está a ser discutido na Assembleia da República, parece ser desnecessário. Por outro lado, fala-se aqui na necessidade de sensibilizar o governo e sensibilizar as entidades para que tenham em atenção estas questões da igualdade de género. Faria salientar que, o governo aprovou cerca de doze milhões e oitocentos mil euros, para pelo menos sete concursos de programas para a igualdade de género. Portanto, parece-me que estamos a dar passos nesse sentido e no que diz respeito à moção, embora sejamos e estejamos de acordo com os motivos que a levam, entendemos que a votação favorável não tem aqui qualquer significado e portanto, decidiu o grupo parlamentar abster-se no que diz respeito à moção em causa."-----



Adriano Ferrão: "Depois de termos lido atentamente esta moção, no seu princípio geral nós concordamos porque achamos que a questão que está aqui em causa é uma questão social importantíssima e diria mais que social, é civilizacional e que requer uma atenção por parte de quem tem autoridade e de todos nós, que seremos agentes nesta transformação civilizacional, no fim de contas, combater este tipo de atitudes, este tipo de ações, que estão aqui plasmadas. Acredito que a violência doméstica se combate muito a montante da própria justiça, combate-se em casa, com educação, combate-se complementarmente na escola e tentando assim que os cidadãos do amanhã estejam mais sensíveis a esta temática e possam fazer as modificações comportamentais necessárias em termos coletivos. Por isso estaremos favoráveis a esta moção, contudo é interessante verificar aqui, de uma maneira mais política que, esta moção não deixa de, veladamente fazer críticas ao PS, o master da "Gerigonça", em que está plasmado no sétimo parágrafo, em que *o sistema deveria apoiar as vítimas de violência doméstica continua a falhar redondamente*. Ora se o sistema falha, o sistema está nas mãos do PS. Depois, diz-nos também, no parágrafo décimo segundo, que *existe pouca vontade política para fazer alterações à legislação, o argumento tem sido de que é preciso investir mais na formação dos e das profissionais*, mas não se sabe nada disso, por isso há aí um certo fracasso nessa situação. Depois no parágrafo seguinte que, *apenas agora o governo está a dar início a este caminho, é positivo mas já vem tarde*. Enfim, mais uma crítica de atraso e de alguma inabilidade para não falar de incompetência. De qualquer modo, temos aqui um princípio de conjuntos que nós nos revemos e com certeza apoiaremos, que é retirar desta sociedade esta violência doméstica, que nada abona a todos nós."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: treze (13): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Gago, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Francisco Guerreiro, Helena



Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Aditamentos aos Acordos de Execução de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Antes de mais, congratulamo-nos com o facto de estarmos agora a executar algo que, também, já vem tarde, mas mais vale tarde do que nunca, não vou dizer que será por incompetência ou por inabilidade, mas talvez por um pouco ou falta de vontade política. Nesse sentido gostaria de dizer que, para além daquilo que está contratado, entendemos que ainda não é suficiente. Entendemos que as Juntas de Freguesia, como órgãos deste município, deviam ter um outro tipo de tratamento e um tratamento um pouco mais profundo, relativamente às necessidades dos munícipes. Refiro, de facto, algumas questões, sempre referi que o subsidio e os valores dados às associações e aos clubes do concelho são muito bem-vindos e estão, com certeza, muito bem entregues, mas as Juntas de Freguesia merecem, de facto, um pouco mais. Já agora, fazia um apelo, à questão de se verificar, por exemplo, que neste momento até tendo sido interrompido por via da declaração da Comissão Nacional de Eleições, que as placas de publicidade não podem ser colocadas, nós verificamos que algumas placas foram colocadas para dar publicidade a obras do município, o que não temos nada contra, agora o que verificamos é que temos sinalética e sinais de trânsito, que estão há mais de quatro ou cinco anos para serem resolvidos e deparamo-nos com uma prioridade. Ou seja, a publicidade em detrimento da segurança dos munícipes e daqueles que nos visitam. Portanto, gostaríamos que tomassem devida conta, esta necessidade de que é importante, de facto fazer publicidade, mas é muito mais importante ter segurança e ter a sinalética em devidas condições."-----

Adriano Ferrão: "Só peço que não se confunda publicidade com informação."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Uma questão, para saber se foram postas em todas as freguesias ou se foram só postas em algumas? Porque o que vejo é que há freguesias que não têm essas placas, acho que é aquelas placas que meteram no início das obras que foram efetuadas. É que se foram postas em todas as freguesias



acho bem, se é obra do município, acho que o município deve publicitar as próprias obras, se foram feitas em todas as freguesias devem ser colocadas em todas as freguesias. Não sei quais são as placas que estão a falar. Prioritariamente, agora o município de Albufeira colocou os ecopontos que a Junta de Freguesia de Ferreiras tinha solicitado, foram colocar na freguesia do Algoz, já pedimos para mudar e eles continuam lá. Falta um sinal de Stop, onde estão os ecopontos. Os ecopontos foram postos num cruzamento onde não tem Stop, acho que devia de ser colocado lá um sinal de Stop e tirar os ecopontos e serem recolocados onde foi solicitado pela Junta de Freguesia de Ferreiras e pela Junta de freguesia da Guia. Se estão a falar das placas que foram colocadas em alguns caminhos públicos que foram alcatroados, se é isso devem ser colocadas em todos. Se foram colocadas em todas as freguesias muito bem, se foram colocadas só em algumas está mal, é o que acho."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente á questão de delegação de competências, quero dizer que é verdade, esta já vem um bocado tarde, podia ter vindo mais cedo. Por alguma não informação dos serviços, como era o seguimento do ano passado, pensei que fosse mantido sem qualquer necessidade de aprovação. Daí que a Assembleia está a ser feita hoje porque houve um alerta, relativamente a uma Junta de Freguesia que já faltaria algum dinheiro para pagar os vencimentos do mês de Março. Uma Junta de Freguesia que não vale a pena dizer aqui o nome, contactei esse Presidente de Junta, sendo verdade, a Assembleia que era para ser dia vinte e sete passou para dia vinte e um para se dar essa possibilidade e amanhã se poder fazer a transferência. Evidentemente que isto é pouco, daí que já fiz reuniões com os técnicos que vão fazer essa parte dos cálculos, dos vários aspetos que vão ser objeto de reformulação, tendo em conta estas agora e algum aumento, relativamente a outras competências que vão ser possíveis delegar, já fiz reunião com a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e com a Junta de Freguesia de Paderne. Amanhã serão as outras duas, isso está em andamento, a qualquer momento vem aqui uma nova regra para a delegação de competências, com mais meios, com mais transferências e com mais clareza que esta, findo já detrás, chamei várias vezes a atenção que a clareza era muito pouca. Relativamente às placas, as placas foram postas em alguns caminhos, não foram em todos, porque quando saiu a nota da Comissão Nacional de Eleições, mandei suspender o que estava para ir para a frente. Agora, pedi um parecer jurídico para ver se é possível manter. Vendo o que o senhor Primeiro Ministro anda a fazer, que é a inauguração de



hospitais e centros de saúde, deduzo que é possível. O que é que uma coisa dessas tem a ver com as eleições europeias? Eu tenho dúvidas sobre estas coisas. Se bem se lembram, houve uma cerimónia que estava prevista, relativamente ao orçamento participativo e foi suspensa por essa situação."-----

Francisco Oliveira: "Perfeitamente senhor Presidente, recebi a informação da suspensão. Mas a nossa questão não está aí. A questão é diferente. Comecei por dizer que a colocação das placas é devida, poderá ser devida ou não relativamente à Comissão Nacional de Eleições, não está em causa, a minha preocupação é que se dê prioridade à colocação de placas de publicidade em detrimento daquilo que são os sinais de trânsito e a segurança dos cidadãos. É só essa a questão. É muito diferente de poder colocar ou não poder colocar."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Sobre a delegação de competências, tenho uma certa dúvida, até comuniquei para a Câmara. Penso que no ponto cinco, não tenho comigo a delegação de competências, dizia que salvo houvesse mudança dos membros da Assembleia Municipal é que o contrato de execução tinha de vir a retificação aqui. Janeiro, Fevereiro e Março, houve uma Junta, como o Presidente disse, teve dificuldades financeiras, não foi só uma, somos todos nós. Segundo o contrato que assinamos, devíamos ter recebido em Janeiro, Fevereiro e Março. Os aditamentos é que têm de vir aqui à Assembleia. Portanto, há um incumprimento, é o que está escrito e está assinado, salvo erro é o ponto cinco. Sou um Presidente de Junta muito novo, vai fazer dois anos, e estive a ver os mandatos anteriores e estive a ver as Juntas todas anteriores, isso é posto nos sites e estive a ver se alguma vez teria vindo à Assembleia o que estamos agora a discutir, os contratos de programa. Nós assinamos por quatro anos e a cláusula cinco diz que os contratos são renováveis, caso a Assembleia Municipal tenha algumas alterações é que se alteram os contratos. Portanto, nós deveríamos ter recebido logo em Janeiro, Fevereiro e agora em Março. Se houvesse algum aditamento, sim, o aditamento tem de vir à Assembleia. Isso é a minha opinião e a minha leitura, quando fomos confrontados com isto comunicamos com a Câmara por isso. Porque em ano nenhum, se virem os anos anteriores, fui à internet e estive a consultar os editais das outras freguesias, porque isso tem de ser público, se teria acontecido isso em algum ano, que tivesse vindo aqui à Assembleia. Posso estar enganado, digam-me se por ventura se estou enganado, na cláusula cinco diz que só irá à Assembleia caso haja alguma alteração. Fizemos os nossos orçamentos em Dezembro



e comunicamos com a Câmara. A Câmara disse-nos as verbas que nos ia dar e a Junta de Freguesia de Ferreiras fez o orçamento pensando nas verbas que a Câmara nos ia dar, isso foi logo orçamentado e está no orçamento. Caso a Câmara não nos desse essa verba, tínhamos de fazer umas alterações e tínhamos de fazer uma Assembleia. A minha questão é que eu pensava que recebíamos dinheiro em Janeiro, Fevereiro e Março e quando houvesse um aditamento vinha aqui à Assembleia e era alterada. Quando fomos confrontados, a senhora que está responsável pela contabilidade disse-nos que tinha entrado em contacto com a Câmara e não tinha visto qual era a razão. Segundo o que sei e que li no meu contrato de execução, diz na cláusula cinco, que a Câmara Municipal de Albufeira, salvo haja alterações da Assembleia Municipal irá trazer o contrato à Assembleia. Portanto estamos a confrontarmo-nos, há uma freguesia que não sei qual é, que está com dificuldades financeiras, não é uma, somos todos nós, mas há uma que já se queixou, quando eu penso que há um incumprimento da Câmara. Peço desculpa pela minha ignorância, mas lá diz que caso não haja alterações na mesa da Assembleia, não haverá alterações no contrato. É isso que gostava de saber."-----

Francisco Guerreiro: "Gostava de perguntar, em primeiro lugar, qual é a Junta de Freguesia que pediu à Câmara. Acho que devemos saber, não está nada encoberto. O Presidente não disse qual era a Junta, eu acho que devíamos saber qual é a Junta. Pelo menos eu gosto de saber essas coisas, porque passei muitos anos nisto e sei dar o valor, melhor que qualquer um à dificuldade que cada Presidente de Junta tem no seu lugar, quando está em funções. Gostava de saber qual é a Junta, porque eu vou fazer um apanhado de várias coisas, para quando chegar ao fim, já estou quase reformado, fazer uma explanação de coisas que tenho ouvido nesta Assembleia, que custa-me ouvir e para não haver chatices que gosto de me dar bem com toda a gente, vou ficando calado, mas um dia direi."-----

Presidente da Câmara: "Acho por bem não referir o nome da Junta de Freguesia, até porque não é uma questão importante, está encontrada a solução, está resolvida a situação. Foi por lapso meu, ter vindo só agora, já devia ter vindo, não o desminto nem o contesto. Acho que não é relevante saber qual é a Junta, para haver uma boa serenidade e tranquilidade das questões, vai ser resolvido o assunto."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----Votos contra: zero (00) -----Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de material desportivo para os ATLS, Jardins de Infância, Escolas Básicas do 1.º Ciclo, Parque Lúdico e Campos de Férias, pelo valor base de 84.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----Votos contra: zero (00) -----Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para a execução da empreitada de reabilitação para adaptação do



antigo Tribunal a Centro de Artes e Ofícios de Albufeira, pelo valor base de 552.900,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Só precisava que me esclarecessem uma situação. O valor que estamos a falar é perto de setecentos mil euros, não será um bocado exagerado para fazer a recuperação de um edifício?"-----

Francisco Oliveira: "A dúvida que me assiste tem a ver com o facto de isto ser financiado, também por um programa da comunidade, não é? Portanto, este valor dos quinhentos e tal mil, que dá os seiscentos e oitenta mil, já com o Iva, tem já a parte do que cabe à Câmara e do que cabe, eventualmente, ao programa? O senhor Presidente pode-nos dar o valor que cabe a cada uma das partes?"-----

Presidente da Câmara: "Penso que o financiamento é duzentos e tal mil euros, ou trezentos e tal mil euros. A vereadora Cláudia tem essa informação."-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "O valor da candidatura é de trezentos e catorze mil, oitocentos e vinte e cinco mil euros."-----

Francisco Oliveira: "Fazendo as contas, dos quinhentos e cinquenta mil, que o senhor Presidente referiu, cerca de trezentos e quinze mil são da candidatura. Portanto estamos a falar de cerca de duzentos e tal mil euros, só para esclarecer."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Miguel Pinheiro -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

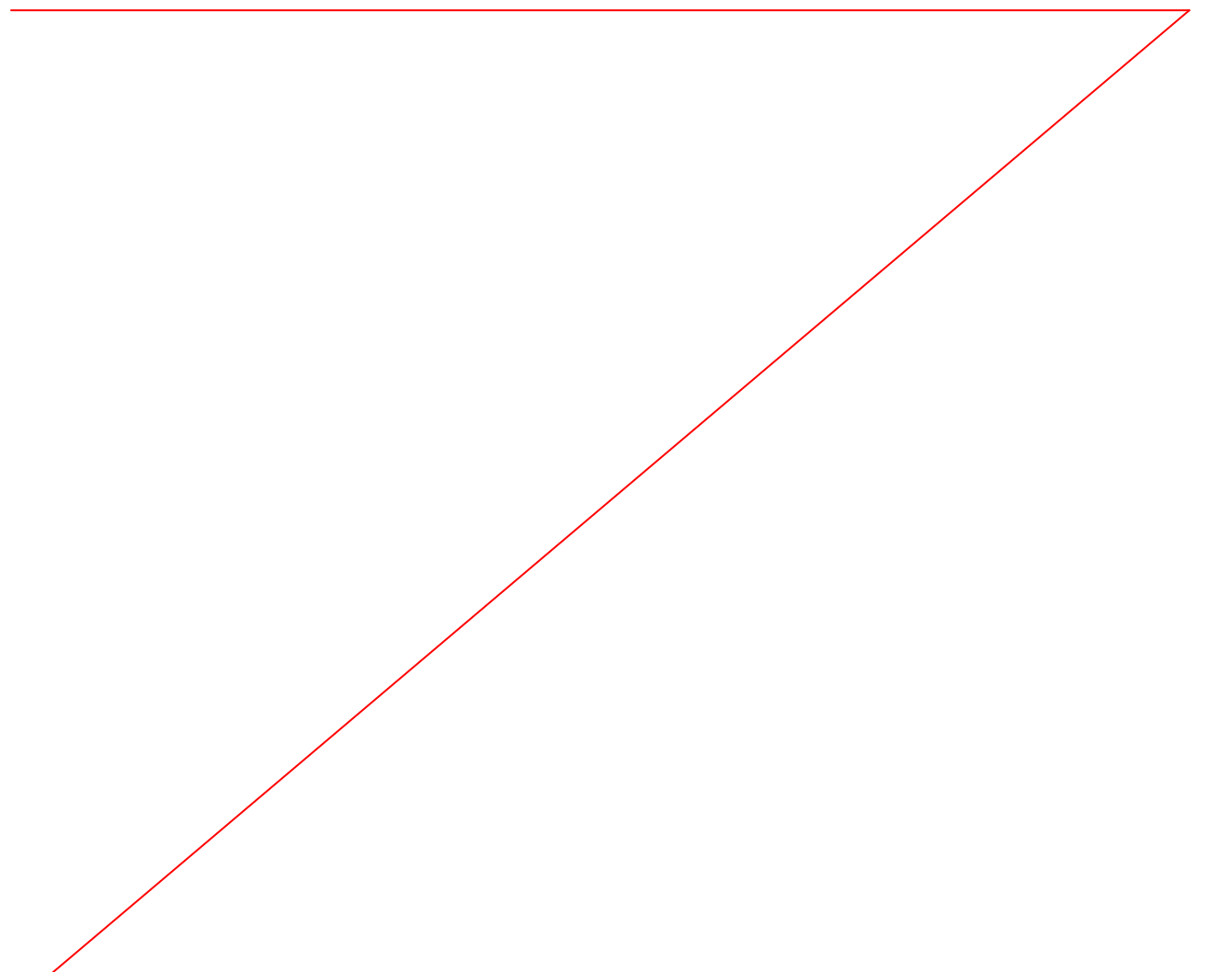
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 21 de Março de 2019 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Propostas de alteração do Plano de Mobilidade e Transportes de Albufeira

O Plano de Mobilidade e Transportes de Albufeira apresenta um acervo de informação exaustivo, bem como medidas, sobre os movimentos pendulares, hierarquização da rede viária, modos suaves de mobilidade e abordagens inovadoras e tecnológicas da mobilidade.

Não obstante, o Plano de Mobilidade não assume um caráter estratégico de valorização e desenvolvimento territorial, em que a mobilidade se constitui como um fator de valor acrescentado para o desenvolvimento das áreas residenciais, para qualidade de vida dos munícipes nas suas relações casa-trabalho e dos turistas que nos visitam, tendo como porta de entrada o aeroporto de Faro. Neste âmbito, salientamos 6 aspetos que se consideram que deveriam ser abordados e/ou reforçados:

1. Intermodalidade deficitária

Do ponto de vista estratégico, considera-se que o plano deveria ser mais ambicioso no domínio da intermodalidade, nomeadamente na previsão de um corredor ferroviário destinado a implantação de um metro ligeiro de superfície ou equivalente, tendo em consideração que durante a vigência do plano está prevista a implantação de uma estação intermodal na envolvente do Aeroporto de Faro, ficando este dotado de um ligação ferroviária, o que irá aumentar significativamente a procura da Linha do Algarve. Considerando que Albufeira possui 40% das camas turísticas do Algarve será expectável que as deslocações intermunicipais Albufeira/Faro, já descritas no plano como as mais significativas, passem a realizar-se através do modo ferroviário. Neste contexto, e alinhado com a estratégia regional de redução da pegada carbónica, considera-se que o plano devia prever a constituição de um corredor ferroviário Ferreira-Albufeira, o que permitiria constituir um novo eixo residencial dotado de boas acessibilidades, inclusive distintas e competitivas no contexto regional, e melhoraria a ligação Ferreira-Albufeira, que apresenta movimentos pendulares significativos, pois este aglomerado cada vez mais se assume como polo residencial de Albufeira. Por fim, ainda no domínio da Intermodalidade, considerando que no curto prazo as ligações à estação ferroviária de Ferreira serão predominantemente efetuadas através da utilização do automóvel, considera-se que deveria ser prevista a possibilidade de expansão e ampliação do parque de estacionamento existente.



2. Mitigação do risco de atropelamentos na Avenida dos Descobrimentos

Ainda no domínio da valorização territorial, a que acresce a necessidade de diminuição do risco de sinistralidade, considera-se que o plano deveria prever na Avenida dos Descobrimentos no troço compreendido entre a Escola Secundária de Albufeira e rotunda do relógio, um desnivelamento da via (túnel). Atendendo a que esta avenida apresenta os maiores índices de atropelamento do concelho, uma medida desta natureza, permitiria reforçar a componente pedonal, retirando os veículos da superfície, devolvendo este troço à vivência pedonal da cidade numa relação de centralidade entre as áreas comerciais, de serviços e residenciais existentes na envolvente, deixando a avenida de constituir uma barreira e fator de risco para os peões.

3. Acessibilidades às praias do Inatel e Santa Eulália

No domínio das acessibilidades às praias considera-se que o plano devia contemplar a criação de corredores pedonais e cicláveis no eixo Cidade Desportiva/Vale Mangude/Vale Faro/Praia do Inatel e Montechoro/Barranco de Santa Eulália/Praia de Santa Eulália, por forma diminuir o uso do automóvel nas deslocações para praia, em particular nas praias contíguas à zona urbana consolidada. Neste âmbito, salienta-se que o plano prevê a implantação de um percurso ciclável, em modo de via partilhada, na Rua e Estrada de Santa Eulália e na Estrada de Albufeira, contudo deveria ser avaliada a possibilidade de implantar uma via ciclável dedicada ao longo das margens do Barranco de Santa de Eulália, em conformidade com o previsto no Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira.

4. Défice de estacionamento em Albufeira e tarifação

Em matéria de estacionamento para cidade de Albufeira, as medidas inscritas no plano merecem algumas reservas. O plano prevê a supressão 169 lugares e a criação de 250 lugares, o que significa um acréscimo de apenas 81 lugares, o que manifestamente consideramos pouco significativo para as necessidades que a cidade de Albufeira evidencia, constituindo-se um obstáculo à fixação de residentes na baixa de Albufeira e dificultando a vivência na área de serviços existente na zona circundante ao edifício dos Paços do Concelho.



Considerando a dependência do automóvel existente no concelho de Albufeira, que o próprio plano reconhece e que de forma ténue procura modificar, com acréscimo pouco significativo de estacionamentos supramencionados, e a proposta de tarifar todos os estacionamentos existentes a sul da avenida dos descobrimentos, com exceção do Cerro Malpique, e a inexistência de parques de estacionamentos dissuasores na periferia da cidade com estacionamento gratuito, conduzirá necessariamente a um aumento do custo de vida dos trabalhadores que exercem as suas atividades profissionais na área de serviços existente na zona envolvente ao edifício dos Paços do Concelho e de todos os munícipes que necessitem de usufruir desses serviços.

De salientar, que o plano estabelece uma política de estacionamento tarifado, que na Oura e Olhos de Água, tem em conta a sazonalidade, ou seja, apenas são tarifados os estacionamentos no verão, em detrimento de Albufeira, onde são tarifados os estacionamentos todo o ano.

5. Alteração dos esquemas de circulação no centro urbano de Albufeira (Baixa de Albufeira)

Em matéria de alteração dos esquemas de circulação no centro urbano de Albufeira (baixa de Albufeira), considera-se que estas alterações não podem constituir-se como mais um fator de aceleração da perda de residentes e de diminuição das afluências de pessoas à baixa de Albufeira, na medida em que a diminuição de pessoas a circular nas ruas são fatores que contribuem para o aumento dos riscos de insegurança, o que se regista particularmente no inverno. Assim, propõe-se que o sistema de controlo de acessos, apresente limitações mais significativas no período de maior afluência turística (época balnear) e menores durante a época baixa, o contribuirá para a dinamização social e económica da baixa de Albufeira.

6. Sistema de distribuição urbana de mercadorias

Por fim, o plano prevê a implementação de um sistema de distribuição urbana de mercadorias, através da criação de um centro de micrologística, contudo não estabelece o mecanismo de financiamento do mesmo. Esta medida foi contemplada no projeto Polis, contudo não foi implementada. Face às experiências passadas de



insucesso, considera-se que a mesma deverá ser desenhada com maior conhecimento da realidade local, para conseguir superar as limitações e reservas existentes à sua implementação.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,


Francisco Duarte

Ana de Paiva Almeida

António Luís

António Lopes

António Lopes

António Lopes




Ex.mo Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto 4.º da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, convocada para dia 21/03/2019, nomeadamente, apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento do Concurso Público com publicação no JOUE, para aquisição de serviços de limpeza das escolas do município de Albufeira, com o preço base de 580.000,00 + IVA, apresentar:

Declaração de Voto

A CDU vota contra, uma vez que é nosso princípio de que a Câmara Municipal de Albufeira, ou qualquer outro serviço público, deve munir-se de pessoal que seja necessário para o assegurar o regular funcionamento dos serviços.

Albufeira, 21/03/2019

O eleito da C.D.U.

Renato J. M. M. Pimenta